



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Orçamento, Fiscalização,
Tributação e Transparência



ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL DA PARAÍBA PARA O PERÍODO DE 2020 A 2023 E DA LOA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia catorze do mês de novembro de dois mil e dezenove, no Plenário "Deputado José Mariz" da Assembleia Legislativa da Paraíba, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho e contando com as presenças dos Senhores Membros Titulares: Deputados Tião Gomes - Relator do Parecer Final, Lindolfo Pires, Taciano Diniz, João Henrique e Membros Suplentes Deputados Raniery Paulino e Dr. Érico; também presentes os Deputados Buba Germano, Nabor Wanderley, Trocolli Júnior, Genival Matias, Caio Roberto, Jeová Campos e as Deputadas Cida Ramos e Pollyanna Dutra. Havendo número regimental o senhor Presidente “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a Audiência Pública da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, cujo objetivo é discutir junto com a sociedade civil organizada, a proposta do Plano Plurianual da Paraíba para o período de 2020 a 2023 e da LOA para 2020. Em seguida o Senhor Presidente convidou, para compor a mesa, o deputado Tião Gomes, Relator da LOA e do Plano Plurianual; os deputados Taciano Diniz e Lindolfo Pires, membros da Comissão de Orçamento desta Casa; o Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça, Sr. Márcio Murilo; o Sr. Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho, Procurador Geral do Ministério Público da Paraíba; o Senhor Gilmar Martins de Carvalho, Secretário de Planejamento da Paraíba, representando o Poder Executivo; o Sr. Gerardo Rabelo, representando a Defensoria Pública; e o Auditor de contas públicas, Sr. Humberto Gurgel, representando o Tribunal de Contas do Estado. O deputado Wilson Filho esclareceu que, dessa forma, estará esclarecendo melhor sobre a peça orçamentária e que ainda haverá novas reuniões para discutir outros temas da peça orçamentária. Informou que a última reunião será no dia 26

de novembro. Na sequência o deputado Tião Gomes leu o Edital de Convocação desta Audiência Pública, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL nº 7.844 de 13/11/19 e o Expediente em Mesa. Em seguida registrou a presença do Dr. Gilberto Rodrigues, Diretor de Orçamento da Associação dos Magistrados da Paraíba; da Sra. Gisele Barros, Doutora de Economia e Finanças do Tribunal de Justiça; do Dr. Max Nunes, presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba; do Dr. Márcio Acário Júnior; Dr. Renato Silva, supervisor técnico; da Dra. Cármen Silva Rodrigues, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos; do Sr. Rafael Bernardino, presidente da Associação Comercial; do Sr. Altamir Pimentel, presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça; da Ouvidora Almeida; do Sr. Fernando Borges, presidente do Sintesp; e do Sr. Márcio Vilar. O Presidente comunicou aos demais, que quem quiser participar do debate faça sua inscrição. Convidou o Secretário de Planejamento, Sr. Gilmar Martins de Carvalho, para tomar posse da palavra. O Secretário fez uma reflexão sobre os instrumentos de planejamento governamental. Declarou que o plano plurianual é um planejamento do governo para os próximos quatro anos. Declarou que consultam as mais variadas informações a fim de criar um bom planejamento governamental. Proferiu que tomaram por base o plano realizado pelo ex-governador, do plano regional de desenvolvimento do Nordeste, os objetivos de desenvolvimento sustentável, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as reivindicações da sociedade. Esclareceu que o projeto de lei orçamentária propriamente dito está condizente à lei de diretrizes orçamentárias. Proferiu que o plano plurianual possui cinco capítulos, os quais tratam sobre o planejamento e aplicação de tal plano. Pronunciou que tal plano é um instrumento de planejamento de competência exclusiva do Poder Executivo. Declarou que quanto às dimensões, há a estratégica e a tática, buscando desta forma traçar os objetivos e estratégias para o planejamento da peça orçamentária. Declarou que a visão de futuro de tal plano é o Estado chegar nesses próximos quatro anos trabalhando de forma eficiente na oferta de serviços de alta qualidade à população, ocupando um cenário político, econômico e social de acordo com seus potenciais. Proferiu que a Lei Orçamentária Anual consiste na execução de tal plano, a nível operacional. Referiu-se ao projeto de lei orçamentária, declarando que possui quatro capítulos, onze artigos e quatro anexos. Proferiu que quanto ao orçamento arrecadado, o mesmo é dividido entre as empresas estatais independentes e para o Poder Executivo. Esclareceu que as estimativas de receita da peça orçamentária limita o teto de gasto para o ano seguinte. Referiu-se aos investimentos na educação e saúde, trazendo a quantidade em número sobre tais investimentos. Pronunciou que a lei intraorçamentária é um recurso que circula dentro do próprio governo. Mostrou sobre a evolução da receita capital ao longo dos anos. Declarou que a maior parte do volume da receita é destinada ao pagamento de pessoal. Registrou que os investimentos públicos também constam como transferência do governo federal e operações de crédito. Pronunciou que os recursos estão destinados a todas as fontes: Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Ministério Público,

Defensoria Pública, Poderes Executivo e Judiciário. Pronunciou que os desafios para a manutenção do equilíbrio fiscal é real, e que estão trabalhando dentro dos limites. Proferiu que a manutenção da folha é o principal desafio, assim como o aumento de pagamentos de estoque de precatórios. Informou que o déficit previdenciário tem crescido 100 milhões/ano. Referiu-se ao teto de gasto imposto pelo governo federal. Declarou que quanto à realização de concursos irá depender do aumento da receita. Asseverou que vivem em um conflito metodológico em relação ao limite da despesa pessoal, em que cabe ao Tribunal de Contas do Estado atestar os limites de gastos. Relatou que, quanto ao teto salarial, o mesmo possui um efeito cascata e, portanto, deve ser levado em consideração. Proferiu que precisaram definir regras para o duodécimo, em que o seu acréscimo dos poderes irão consumir além do orçamento, 100 milhões de reais. Declarou que a média de investimentos diminuiu devido ao pagamento de tais duodécimos dos poderes. Na sequência, o presidente convidou o reitor da UFPB, o senhor Rangel Júnior para compor a Mesa. A deputada Estela Bezerra declarou que a Casa trata de todas as metas de governo e fez relevância ao tema abordado. Proferiu que a política discute conselhos baseados em orçamentos. Parabenizou o Secretário de Planejamento por trazer tais dados para esse fórum. Proferiu que sentiu a ausência de um segmento da sociedade que representasse o povo, tendo em vista que grande parte de investimentos e serviços são voltados para a população e, portanto, precisam democratizar mais tal debate. Proferiu que a máquina administrativa é fruto de impostos e, portanto, seu resultado final precisam ter investimentos em prol da população. Pronunciou que tais investimentos realizados precisam mostrar como estão melhorando os serviços voltados para a população. Em seguida, o deputado Lindolfo Pires proferiu que pela primeira vez está ocorrendo Audiências como essa em outras cidades da Paraíba. Relatou que o grande desafio é tentar contemplar todos os segmentos dentro de um orçamento limitado. Relatou que a falta de infraestrutura hídrica e ausência de asfaltos foi um dos temas debatidos nessas reuniões. Desejou um discernimento para que realizem uma boa peça orçamentária. O presidente registrou a presença do deputado João Gonçalves, Secretário de Articulação Política. Em seguida, o deputado Taciano Diniz relatou que houve uma projeção feliz da peça orçamentária, pois houve um aumento da mesma. Declarou que os desafios são grandes e que o mesmo vem lutando pelo melhoramento da saúde e educação no estado, mas que é necessário mais recursos para investimento também em outras áreas, como a infraestrutura e a segurança pública. Referiu-se à obra do eixo de ramal de transposição do Piancó, a qual precisa de recursos para estabelecer a segurança hídrica dessa região. Relatou que estará indicando as emendas parlamentares pessoais e de bancada para que sejam atendidas as reivindicações de todas as regiões da Paraíba. Na sequência, o deputado João Bosco parabenizou a dinâmica de tais reuniões, em buscar outras cidades sobre as principais reivindicações. Proferiu que o parlamento representa o povo e, portanto, é de suma importância tal discussão. Relatou que irá trabalhar para que seja realizado um novo equilíbrio financeiro. Pronunciou que a falta de

WF

comarcas é devido à redução da parte financeira e orçamentária e que, portanto, todos precisam realizar a sua parte. Relatou que as emendas precisam ser destinadas a outros poderes, a fim de obrigá-los no repasse de tal duodécimo. Proferiu que precisam otimizar tais recursos junto com o Tribunal de Contas, através do acompanhamento da execução orçamentária. Ato contínuo, o deputado Buba Germano agradeceu as palavras do Secretário e do deputado João Bosco. Proferiu que a peça orçamentária, na fala do governador, traz menção aos instrumentos utilizados para pensar na Paraíba do Futuro. Declarou que um deles foi os “ODS”, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o qual se trata de um pacto global sobre sustentabilidade. Proferiu que propôs uma emenda de texto a qual contempla a todos os Poderes e segmentos. Relatou que tal emenda cria um mecanismo de monitoramento e avaliação dos indicadores da agenda ODS para 2020. Declarou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas já tem aderência à agenda ODS. Referiu-se ainda aos avanços de receita dos Poderes. Proferiu que o único Poder que não houve crescimento foi a Assembleia Legislativa. Declarou que precisam realizar os ajustes necessários na peça orçamentária. Passou a ocupar a tribuna o Desembargador Márcio Murilo, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, após saudar os presentes, parabenizou esta Casa por esta iniciativa e enalteceu a independência dos Poderes. Ressaltou que ficaram vários anos com o Duodécimo congelado o que ocasionou muitos problemas ao Tribunal, mas agora os tempos eram outros e o Governador João Azevedo foi sensível às demandas do judiciário, mas existe um grande déficit e sabia que não podia resolver todas as pendências de uma vez. Entre outras considerações informou que já foram digitalizados mais de 100 mil processos cíveis e, até o final do ano que vem, todos os processos criminais serão digitalizados, garantindo mais agilidade e eficiência na tramitação das ações. No entanto, os atuais equipamentos estão sendo insuficientes e obsoletos para atender a grande demanda de processos e também não conseguem atender a população com celeridade. Neste sentido, solicitou aos deputados que aprovem a Medida Provisória que solicita recursos para ser investido no painel tecnológico. Acrescentou que esta MP irá possibilitar a implantação de um sistema de informática qualificado. Em seguida agradeceu a forma democrática com a qual foram construídos o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária, mas precisamos recuperar o nosso duodécimo original. No caso, houve apenas um reajuste inflacionário dos últimos dois anos. Em contrapartida, tivemos nosso duodécimo congelado por quatro anos. Mas nós reconhecemos o esforço do governador, João Azevedo e dos deputados e conclui solicitando o apoio desta Casa. O senhor Presidente agradeceu ao Presidente do Tribunal, logo após, passou a palavra para o Promotor Francisco Seráfico da Nóbrega, Procurador Geral do Estado. De posse da palavra, agradeceu a iniciativa e a parceria que estavam tendo com os deputados e com o Governador do Estado. Ressaltou que será breve em suas palavras, apesar dos avanços que os Poderes estavam tendo as dificuldades ainda eram muitas em razão do duodécimo sem correção há muitos anos, fato que impactou no andamento das instituições.



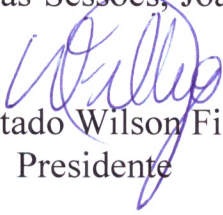
Informou que buscaram apoio dos Parlamentares Federais para aprovarem a Medida Provisória que pleitearam para a reforma na área de tecnologia por estarem com muitas dificuldades de manter em pleno funcionamento. Agradeceu novamente a oportunidade e solicitou o apoio desta Casa. O senhor Presidente agradeceu ao orador e em seguida passou a palavra para o Secretário, Dr. Gilmar Martins. De posse da palavra, agradeceu a deputada Estela Bezerra as palavras que proferiu a seu respeito e da compreensão que teve com relação ao cargo que ocupava. Reconheceu que a parlamentar falava com propriedade e sabia das responsabilidades e limitações que tinha, porque ocupou cargo igual no município. Com relação a segurança hídrica, indagação do deputado Lindolfo Pires, disse que era uma das prioridades do governo, ainda com muitas limitações, mas estavam planejando uma operação de crédito para investimento nesta área. Respondeu a indagação do deputado Taciano Diniz dizendo que o governador tem feito um grande esforço para realizar o que foi acordado e quando se faz qualquer alteração para ampliar o que estava em andamento, a solução será reduzir os investimentos, não terá outra saída, porque as receitas não têm aumentado. Com relação a UEPB e a Defensoria Pública informou que tiveram um aumento no repasse e o Governador tenta solucionar os problemas dessas instituições buscando parcerias com outros órgãos, quando não consegue repassar recursos, resolve de maneira indireta. Disse ainda, que o Governador tenta atender as demandas dos Poderes na medida em que é possível, sempre de maneira muito equilibrada, prudente e buscando o equilíbrio fiscal, porém o cenário financeiro que se encontrava o Estado não era dos melhores, mas estava havendo esforço do governo para atender as Instituições. Ato contínuo o senhor presidente, deputado Wilson Filho, agradeceu ao Secretário e em seguida passou a palavra para o Dr. Gerardo Rabelo, Defensor Público. Da tribuna, o orador disse que a Defensoria era “o primo pobre dos Poderes” e durante dez anos passaram por muitos sofrimentos, entre outros, citou o congelamento dos salários, fechamento de comarcas, déficit de defensores e a pior situação era o descumprimento do Orçamento que era aprovado por esta Casa, mas como não havia o repasse, os problemas foram piorando e impossibilitou reformas, reajustes e compras de equipamentos. Enfatizou que neste período, mesmo diante de tantas dificuldades de recursos, avançaram muito no trabalho, na vontade de fazer o melhor, defender os pobres na forma da Lei e cumprir o mister das atribuições da Defensoria que consta na Constituição Federal. Entre outras considerações, disse que reconhecia que houve melhoras. Mas era preciso que houvesse mais sensibilidade e compromisso desta Casa com o orçamento que será votado para a Defensoria Pública, para que as demandas e os problemas atualmente enfrentados sejam solucionados. Solicitou também o apoio do Governador. Dando continuidade o senhor Presidente agradeceu ao representante da Defensoria Pública e em seguida passou a palavra para o Dr. Rangel Júnior, Reitor da UEPB, que após saudar os presentes disse que “esta instituição era um sucesso na Paraíba e além Brasil por desempenhar suas funções com responsabilidade e excelente qualidade, graças ao esforço e a competência dos

funcionários e professores”. Acrescentou que mesmo enfrentando tantas dificuldades, inclusive sem aumento de salários, os servidores não abriram mão de fazer o melhor pela educação. Ressaltou que a instituição foi premiada pela Organização das Nações Unidas – ONU, por desenvolver projetos e iniciativas inovadoras de impacto ambiental que atenderam aos princípios fundamentais exigidos pela ONU no âmbito da educação. Disse ainda que a UEPB possui a 2ª maior Editora do país e com grande acervo digital. Ressaltou que reconhecia o empenho do Governador de pagar as dívidas da Instituição que foram sendo acumuladas ao longo de mais de cinco anos, consequência do tratamento que recebera do governo anterior. Então, a partir de agora estavam melhorando, mas era preciso aprovar as Medidas Provisórias para que possam fazer investimentos na educação e no sistema de dados. Neste sentido, pediu apoio dos parlamentares e agradeceu a oportunidade. O senhor presidente agradeceu ao Reitor e registrou a presença da ex-deputada estadual Nadja Palitot. Logo após, passou a palavra para o Juiz Gilberto Rodrigues. Da tribuna, saudou os presentes e disse que o principal objetivo desta Audiência era discutir a Lei de Orçamento Anual – LOA 2020 e o Plano Plurianual – PPA, 2020 - 2023. Segundo o orador este último trazia diretrizes que estavam bem alocadas durante os quatro anos para serem cumpridas com o intuito de servir melhor a sociedade. Informou que, desde 2016, houve aumento de arrecadação por parte do Estado e, mesmo assim, acontecia o congelamento no repasse do duodécimo, o que teria gerado sucateamento administrativo e financeiro do Poder Judiciário estadual. “O TJPB precisa ser independente de fato. Essa independência não é só formal, tem que ser material e começa pelo financeiro. Quando cidadãos, instituições e empresas são tolhidos em seus direitos, o Judiciário é acionado para garanti-los e para que esse serviço seja prestado com qualidade, eram necessários investimentos”, destacou o orador. Concluiu agradecendo a oportunidade e solicitou desta Casa a elaboração de Emendas Parlamentares destinadas para investimentos, informática e valorização salarial dos servidores. O senhor presidente agradeceu ao Dr. Gilberto Rodrigues e logo após passou a palavra para os oradores inscritos. O primeiro orador foi o Senhor Gustavo Terto, Representante do Sindicato dos Técnicos da UEPB – SINTES-PB. De posse da palavra o orador lamentou a difícil situação que passaram desde 2014, sem reajuste salarial e sem recursos para investimento em capacitação o que levou ao descontentamento muito grande da categoria. Ressaltou que onde havia um campus da universidade nas cidades do interior era visível o crescimento dos municípios, citou como exemplo a transformação da cidade de Monteiro, principalmente na geração de empregos e rendas. Na oportunidade, solicitou aos deputados que tivessem uma atenção especial pelo orçamento da UEPB. O próximo orador foi o Sr. Benedito Venâncio da Fonseca Júnior, Diretor-Presidente do SINDOJUS - PB, após saudar os presentes, disse que um dos grandes problemas enfrentados pelo TJPB e que atingiu diretamente a população foi o fechamento das 15 (quinze) comarcas no governo passado. Na oportunidade, parabenizou o Secretário pelo excelente trabalho que estava desenvolvendo na

secretaria da administração e em seguida perguntou ao secretário se as PECs federais irão atingir o servidor estadual e agradeceu a oportunidade. Passou a falar o Senhor Altamir Pimentel, Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – ASSTJE-PB, que iniciou saudando a todos e parabenizando o governo pelo avanço que houve com relação ao aumento do Duodécimo, “não foi suficiente, mas foi um avanço”, frisou. Entre outras considerações, parabenizou o Presidente do TJ pela habilidade de dialogar como o governador buscando soluções para valorizar o servidor e outras demandas importantes do judiciário. Acrescentou que para que as necessidades daquele Poder fossem supridas era necessário a compreensão dos parlamentares desta Casa com a aprovação das Emendas do TJ. Ocupou a tribuna o Senhor José Ivonaldo, Vice-presidente do Sindicato dos Técnicos e Analistas do Judiciário - SINTAJ, saudou os presentes e enalteceu a iniciativa desta Casa de realizar esta audiência e parabenizou o presidente do TJ pela boa condução do diálogo com o Governador. Disse que o sindicato era um parceiro e estava sempre aberto ao diálogo e será através das Emendas que o TJ chegará ao desejável com o apoio desta Casa através da LDO. O último orador inscrito foi o Senhor Pedro Severino, Secretário do Meio Ambiente da União Geral dos Trabalhadores do Estado, saudou os presentes e disse que estavam vivendo uma nova época com boas perspectivas de melhoras. Na oportunidade, parabenizou o deputado Wilson Filho pela iniciativa e demais deputados e também o governador pela inovação na gestão pública. Ato contínuo o senhor presidente, deputado Wilson Filho, informou ao Secretário Gilmar que a Comissão de Orçamento desta Casa irá apresentar uma Emenda Parlamentar para o Orçamento de um Programa de Habitação, explicou que pegou como referência o Programa Federal Minha Casa Minha Vida que tem o intuito de beneficiar muitas mais pessoas que ainda não possuem casa própria, assim como fez o Governo Estadual em Campina Grande que entregou mais de 4.000 residências. Na oportunidade, solicitou ao Secretário a possibilidade de viabilizar este programa. Em seguida, passou a palavra para o Secretário para as considerações finais. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Senhor Secretário, que, em resposta às indagações, objetou o seguinte: sobre o reajuste dos servidores, ele afirmou que existem várias categorias pedindo reajustes, que o governo precisa administrar todas essas demandas, que há uma dificuldade em atendê-las e que apenas haveria condições de examinar cada caso quando o país voltar a crescer. Destacou ainda que o governo deve cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e que uma vez descumprida tal norma, uma das consequências negativas seria o não empréstimo de recursos federais; sobre as proposições das emendas parlamentares, disse que deixaria a cargo dos próprios poderes; sobre o a PEC do pacto federativo, ele destacou que a aprovação dela geraria a imposição de algumas obrigações fiscais e previdenciárias para os Estados e Municípios e que o Estado da Paraíba já estaria estudando a possibilidade de mudar a previdência dos servidores estaduais. Por fim, ressaltou que com a aprovação da referida PEC, Estados e Municípios deverão cumprir as determinações previstas na mesma; sobre o crescimento e a queda das

WF 7

receitas, o Secretário apresentou um comparativo dos meses de setembro e outubro desse ano e dos anos passados e que Governo estaria preocupado em trabalhar dentro de um bom senso que garantisse um equilíbrio fiscal; sobre a demanda apresentada pelo deputado Wilson Filho, o Senhor Secretário disse que levaria ao Governo a propositura. Por fim, o Secretário agradeceu aos presentes, aos seus assessores e disse que procurou trazer a melhor propositura da Peça Orçamentária a ser apresentada à sociedade e destacou que a Peça era um instrumento de competência do executivo, mas que teria a participação de toda a população no debate. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Relator da Peça Orçamentária, deputado Tião Gomes que, na ocasião, falou que o trabalho do relator era algo desafiador e que, dentro do possível, iria fazer um bom trabalho, com um Orçamento realista, promissor e dentro da realidade. Por fim, ele parabenizou os trabalhos do presidente Wilson Filho e afirmou que a Comissão iria dar o melhor na elaboração da relatoria da Peça Orçamentária. Depois, o Presidente usou da palavra para fazer os agradecimentos e as considerações finais. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública. Sala das Sessões, João Pessoa – PB, 19 de novembro de 2019.


Deputado Wilson Filho
Presidente